

III-125 – O VAZADOURO DE VIÇOSO JARDIM (NITERÓI/RJ) ANTECEDENTES DE UMA TRAGÉDIA

João Alberto Ferreira⁽¹⁾

D.Sc. em Saúde Pública pela ENSP - Fundação Oswaldo Cruz e M.Sc. em Engenharia Ambiental pelo Manhattan College, New York, USA. Professor Adjunto do Depto. de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente – Faculdade de Engenharia - UERJ.

Emílio Maciel Eigenheer

D.Sc. em Educação pela UFF – Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da UERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da UFF

Roberto Rinder Adler

M.Sc. em Tecnologias Ambientais pelo Imperial College – Inglaterra. Engenheiro civil. Consultor em Planejamento e Gestão de Resíduos Sólidos

Endereço⁽¹⁾: Rua das Laranjeiras, nº 525, apto. 1102, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22240-002 - Brasil. Tel. +55 (21) 2557 – 9941 - e-mail: joaf@uerj.br

RESUMO

O trabalho discute, a partir do evento de desmoronamento do antigo vazadouro de lixo do Morro do Bumba em Niterói-RJ, com dezenas de vítimas, a ausência de uma política de gestão de resíduos sólidos no país, e as consequências ambientais, na saúde pública e nos orçamentos públicos pelos desmandos. Reporta-se a um período de mais de duas décadas, desde aos anos 1980, da destinação dos resíduos sólidos em Niterói e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro com o objetivo de alimentar a discussão sobre a gestão dos resíduos sólidos no país e as demandas de atuação que se fazem necessárias para que a recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos resulte em uma nova realidade dos resíduos sólidos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos, Gestão, Tragédia do Morro do Bumba, Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A calamidade que se abateu sobre a cidade de Niterói em abril de 2010, com o desmoronamento do antigo vazadouro de lixo de Viçoso Jardim (Morro do Bumba), onde dezenas de pessoas perderam suas vidas, aos poucos vai sendo esquecida, como o foram os fatos que levaram a ela. É o final dramático de uma sequência de equívocos da política de resíduos sólidos do país nas últimas décadas, que por um momento comoveu o país.

Talvez o mais correto seja referir-se à não existência de uma política de gestão de resíduos que estabeleceu (e ainda estabelece) a presença de lixões, como forma de destinação final dos resíduos, em todos as partes do país e que determinou a existência de um sem número de locais abandonados com todas as implicações que isto possa significar: riscos de impactos ambientais, à saúde pública, de desmoronamentos e mortes onde a população pobre, sem opções e sem controle e cuidados, encontra possibilidades de morar.

A despeito da trágica perda de vidas, é um caso exemplar, a ser destacado e discutido na história da limpeza urbana no Brasil. Ilustra o que ainda ocorre na maioria dos municípios brasileiros.

ANTECEDENTES DA TRAGÉDIA

Tudo começa com a recorrente prática no Brasil de implantação de um vazadouro de lixo – no caso, o de Viçoso Jardim - que esteve em atividade até janeiro de 1982, tendo recebido, durante décadas, o lixo da cidade e que era de conhecimento do poder público.

“Em Niterói os resíduos coletados estavam sendo dispostos em um vazadouro a céu aberto, localizado no bairro do Viçoso Jardim, em zona bastante urbanizada e apresentando-se próximo à saturação. Os resíduos

ali lançados de forma indiscriminada não recebiam recobrimento de terra, gerando um talude de vinte e cinco metros, em permanente combustão” (FEEMA, 1983).

A figura 1 mostra uma foto do Morro do Bumba em 1983, à época da sua desativação e que foi todo ocupado por moradias ao longo dos anos. A figura 2 mostra o Morro após o desmoronamento.



Figura 1: Morro do Bumba 1983



Figura 2: Morro do Bumba-desmoronamento
Foto: Gabriel Paiva – Jornal O Globo Niterói (11/04/2010)

Em 1978, havia entrado em operação (pela Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro) o Aterro Sanitário Metropolitano de Gramacho para atender a municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, a saber: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu. O aterro está em operação até hoje, com sua desativação prevista até o final de 2011. Para atender os municípios da região leste (Niterói e São Gonçalo), foi proposta a construção de outro aterro sanitário, o do Engenho Pequeno. Sua operação seria iniciada em 1983, com vida útil prevista para 35 anos (FUNDREM, 1983).

Naquele ano, já com convênio firmado com o município de São Gonçalo, com o aterro de Gramacho em operação e o do Engenho Pequeno em vias de ser concluído, a Prefeitura de Niterói encerra as atividades do vazadouro de Viçoso Jardim, seguindo o que fora preconizado pelos técnicos da extinta Fundação para o Desenvolvimento de Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Fundrem. O lixo da cidade passa a ser, provisoriamente e por decisão do município, destinado ao Aterro de Gramacho, em Duque de Caxias.

Os dirigentes municipais de Niterói percebem rapidamente as dificuldades operacionais e de logística desse procedimento, inclusive na Ponte Rio-Niterói. Entretanto, a situação se complica com os protestos da comunidade do Engenho Pequeno, contra o início das operações do novo aterro sanitário. Depois de construído, e de ter trazido benfeitorias para o local (por exemplo, o asfaltamento da via de acesso), a população se rebela contra a presença do lixo no bairro, notadamente o da “outra cidade”. O movimento é um sucesso, e o empreendimento é abandonado.

Em caráter de urgência, um novo local é procurado para os resíduos sólidos de Niterói. O escolhido foi uma chácara situada em área central do município, o Morro do Céu. Tem início, então, em 1983, como de regra, um novo vazadouro, sem nenhuma preparação prévia que, em alguns momentos, no futuro, funcionará como um

aterro controlado. A figura 3 que mostra foto do aterro do Morro do Céu em 1986, por si só testemunha a qualidade da operação do mesmo.



Figura 3: Morro do Céu em 1986

Foto: CLIN

VULNERABILIDADES NA GESTÃO REGIONAL DOS RESÍDUOS

O vazadouro do Morro do Céu sofre um acidente em 1994, com o deslizamento do lixo que quase atinge várias casas. Com o tempo, passa a receber melhorias, e em 1996 é implantada no local uma tradicional unidade de triagem e compostagem, que algum tempo após foi desativada. Em 2002 foi instalado um incinerador para resíduos de serviços de saúde e em 2004 uma nova unidade de triagem (cuja construção se iniciou em 1998) através do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara-PDBG (Sosp, 1996; Santos, 2007). Em 2004 foi instalada no aterro, uma usina de desidratação de matéria orgânica (que não chegou a entrar em operação). Em 2010, a unidade de triagem e a usina de desidratação foram desativadas.

Por sua vez, neste período o antigo vazadouro de Viçoso Jardim vai sendo paulatinamente ocupado de forma irregular, por população de baixa renda, e aos poucos se integrando ao bairro que cresce. Recentemente a Prefeitura chegou a fazer melhorias urbanísticas no local consolidando a ocupação. Assim, sem solucionar o antigo passivo do Viçoso Jardim, Niterói foi gerando um novo problema no Morro do Céu. Na realidade o aterro do Morro do Céu está completamente cercado por uma favela na sua parte superior e por um bairro de classe média baixa na sua parte inferior. Qualquer descaso do poder público e a área do mesmo, após sua desativação, será fatalmente invadida por moradias.

Paliativos e alternativas de solução

Em 2005 a Prefeitura de Niterói assina um TAC com o Ministério Público Estadual, com o intuito de buscar soluções para vários problemas do Morro do Céu, incluindo suas usinas, seus catadores e moradores. A equipe técnica, indicada pelo Ministério Público e aceita pela CLIN, indica uma área limítrofe ao Aterro do Morro do Céu para receber o novo Aterro Sanitário da Cidade.

O Plano de Encerramento do Morro do Céu, elaborado dentro do escopo do TAC, previa, em 2005 que sua vida útil não deveria ultrapassar dezembro daquele ano (Ferreira et al, 2005; Eigenheer et al, 2005). Em que pesem as intervenções realizadas nos últimos 7 ou 8 anos que contribuíram para uma maior segurança, o fato concreto é que o aterro do Morro do Céu, em maio de 2011, continua em operação.

Depois de várias audiências públicas realizadas, da licença prévia concedida pela FEEMA em 2007 e aprovada pelo MPE para a construção do novo aterro, surgem vários impasses na mudança de prefeito.

Após o acidente no Morro do Bumba ocorreu a interdição provisória do Morro do Céu, que passa por um processo de recuperação e remediação, com a construção de uma célula protegida para receber os resíduos por mais um curto tempo até que a nova solução para a destinação dos mesmos seja efetivada. Durante as obras, os resíduos sólidos da cidade passam a ser enviados para o aterro controlado de Itaoca, no município de São Gonçalo. Surge a proposta de se usar o novo aterro sanitário de Itaboraí (privado). O uso de aterro sanitário representaria sem dúvida um avanço, mas os custos de transporte entre os dois municípios (cerca de 50km) não justificam a não construção do novo Aterro Sanitário de Niterói. A licitação do novo aterro finalmente foi realizada no início de 2011 e no seu objeto está incluída a conservação do aterro atual após sua desativação, pelo prazo da concessão (20 anos).

ANTECIPANDO RISCOS, PREVENINDO ACIDENTES

Uma análise prévia dos riscos envolvidos na operação de instalações, como aterros de resíduos, e posteriormente, quando da interrupção definitiva dessas atividades, é uma ferramenta importante na prevenção de acidentes, tendo em vista o seu potencial poluidor e os impactos da disposição de resíduos sólidos no ambiente.

O processo de encerramento quer de um vazadouro, quer de um aterro controlado, quer de um aterro sanitário de resíduos sólidos constitui uma atividade que requer um projeto de engenharia que preencha a vários requisitos técnicos e sócio-ambientais. Aspectos como segurança e estabilidade de taludes, tratamento de gases, monitoramento da poluição pós-final da operação de disposição de resíduos no local, o que muitas vezes inclui também controle de vetores, para evitar a sua indesejável migração para as áreas de ocupação urbana mais próximas, são algumas das questões que não podem ser ignoradas ou omitidas. E os usos futuros da área do antigo vazadouro/aterro é outra questão de fundamental importância.

No caso do Morro do Céu, como mencionado anteriormente, um termo de ajustamento de conduta foi firmado especificamente para dar conta do encerramento do aterro controlado de modo adequado. Este é um processo que envolve muitas etapas, e onde a responsabilidade do poder público é elemento que deve estar presente em todo o planejamento e execução das medidas em comum estabelecidas.

Em Viçoso Jardim/Morro do Bumba, no entanto, na medida em que houve abandono da área à própria sorte após o encerramento do vazadouro ali existente, usos incompatíveis com sua destinação anterior foram se consolidando ao longo do tempo. O uso habitacional por população de baixa renda, em um momento de ocorrência de circunstâncias adversas – incidência de fortes precipitações pluviométricas, saturação do solo, etc – favoreceram a tragédia, cujos danos e perdas em parte ainda permanecem por ser resgatados pela sociedade e pelo poder público.

Após o desmoronamento, o estado teve que tomar providências no sentido de garantir condições de estabilidade e de segurança para a região do Morro do Bumba. Isto significou a contratação de um projeto de engenharia (geotecnia) e sua execução de forma emergencial com custos elevados provavelmente maiores do que se no local tivesse, à época, sido feito um aterro sanitário, que não teria desmoronado nem causado impactos ambientais e, principalmente, não teria causado mortes.

CONCLUSÃO

Os riscos de um mau gerenciamento dos resíduos sólidos de um município, em particular a sua disposição de forma inadequada e sem controle vêm sendo tomado pelas administrações públicas municipais desde muito tempo, embora haja que se reconhecer melhoras nas grandes cidades nos últimos anos, e as responsabilidades se perdem ao longo no caminho. No caso do Morro do Bumba, já se passaram quase trinta anos desde sua inativação e o ônus ficou para todos com os recursos gastos pelo estado na sua recuperação e pela população mais pobre que sofreu diretamente pela morte de pessoas.

Também como decorrência do desmoronamento do Morro do Bumba, o aterro do Morro do Céu passou por um processo de remediação e reestruturação para que possa operar, nesta fase final de vida útil, como um aterro sob controle, sem catadores, com uma célula isolada com manta e autorização provisória de operação do órgão ambiental. Novamente os custos são elevados, pois é sempre mais caro remediar do que projetar e executar corretamente.

À luz da nova legislação que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos espera-se uma mudança efetiva na gestão dos resíduos sólidos no país com a aceleração do processo, já em curso, de instalação de aterros sanitários como forma de destinação, mas também, e este é um risco, que o encerramento dos lixões e aterros seja feito dentro de técnicas de engenharia que assegurem a minimização dos riscos de repetições de eventos como o do Morro do Bumba em Niterói.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fundrem – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Destinação Final de Resíduos Sólidos. Sistema Metropolitano, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1983.
2. Eigenheer, E.M.; Ferreira, J.A.; Adler, R.R. *Reciclagem: mito e realidade*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005.
3. Feema – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. Relatório de Avaliação de Influências Ambientais do Aterro Sanitário de Engenho Pequeno no município de São Gonçalo, RJ. Feema, 1983.
4. Ferreira, J.A.; Eigenheer, E.M.; Adler, R.R.; Santos, M.F. III – 141 - *Plano de Gestão de Encerramento do Aterro do Morro do Céu em Niterói (RJ)*. Anais do 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Campo Grande, 2005.
5. Santos, M.F. *Plano de Gestão de Aterro Controlado do Morro do Céu: Instrumento de Mudança*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental – PEAMB, UERJ, 2007.
6. Sosp – Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Sistema de disposição final de resíduos sólidos urbanos do município de Niterói, Sosp, Relatório de Impacto Ambiental. Programa de Despoluição da Baía da Guanabara, set/1996. Agrar, Rio de Janeiro, 1996.